

## COP 30, Neurodiversidade e Interdisciplinaridade: desafios e potencialidades para uma governança climática inclusiva

**Dora Lúcia da Silva Terras**

Mestra em Ciência da Educação pela FICS -PY  
dora\_terras@hotmail.com

**Milvio da Silva Ribeiro**

Doutorando de Geografia (PPGEO/UFPA)  
milvioribeiro@ufpa.br

### Resumo

A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), que ocorrerá em 2025 em Belém do Pará, Brasil, gera expectativas em relação à ampliação da ambição climática e à democratização dos processos de decisão ambiental. O evento destaca a importância de metas de redução de emissões, adaptação e preservação dos ecossistemas, enfatizando a necessidade de ações mais justas, participativas e eficazes, com base na inclusão e interdisciplinaridade. O artigo propõe refletir sobre a inclusão da neurodiversidade, que valoriza diferentes formas de funcionamento neurológico, como autismo, TDAH e dislexia, nos espaços de governança climática. Defende-se que a combinação entre neurodiversidade e interdisciplinaridade pode enriquecer os debates e gerar soluções mais integradas e sensíveis aos desafios das mudanças climáticas.

**Palavras-chave:** COP 30. Neurodiversidade. Mudanças Climáticas. Inclusão. Interdisciplinaridade.



Recebido em: mar. 2025. Aceito em: julho. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.674

*Ambiente, educação e sociedade: pautas convergentes*

*Setembro, 2025, v. 3, n. 30*

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



## COP 30, Neurodiversity and Interdisciplinarity: Challenges and potentialities for inclusive climate Governance

### Abstract

The 30th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (COP 30), which will take place in 2025 in Belém do Pará, Brazil, raises expectations regarding the expansion of climate ambition and the democratization of environmental decision-making processes. The event highlights the importance of emission reduction, adaptation and preservation of ecosystems goals, emphasizing the need for fairer, more participatory and effective actions, based on inclusion and interdisciplinarity. The article proposes to reflect on the inclusion of neurodiversity, which values different forms of neurological functioning, such as autism, ADHD, and dyslexia, in climate governance spaces. It is argued that the combination of neurodiversity and interdisciplinarity can enrich debates and generate more integrated and sensitive solutions to the challenges of climate change.

**Keywords:** COP 30. Neurodiversity. Climate Change. Inclusion. Interdisciplinarity.

## COP 30, Neurodiversidad e Interdisciplinarietà: Desafíos y potencialidades para una gobernanza climática inclusiva

### Resumen

La 30ª Conferencia de las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (COP 30), que tendrá lugar en 2025 en Belém do Pará, Brasil, genera expectativas con respecto a la expansión de la ambición climática y la democratización de los procesos de toma de decisiones ambientales. El evento destaca la importancia de los objetivos de reducción de emisiones, adaptación y preservación de los ecosistemas, enfatizando la necesidad de acciones más justas, participativas y efectivas, basadas en la inclusión y la interdisciplinarietà. El artículo propone reflexionar sobre la inclusión de la neurodiversidad, que valora diferentes formas de funcionamiento neurológico, como el autismo, el TDAH y la dislexia, en los espacios de gobernanza climática. Se argumenta que la combinación de neurodiversidad e interdisciplinarietà puede enriquecer los debates y generar soluciones más integradas y sensibles a los desafíos del cambio climático.

**Palabras clave:** COP 30. Neurodiversidad. Cambio climático. Inclusión. Interdisciplinarietà.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países que tem se tornado incisivo nas COP's, principalmente porque a Amazônia tem se destacado como um dos temas mais discutidos nas agendas globais, tendo em vista sua importância no combate as mudanças climáticas. (Queiroz, 2024, p.16)

A COP 30 representa uma oportunidade ímpar para repensar as formas de participação nos debates climáticos globais. À medida que cresce o reconhecimento da diversidade humana em suas múltiplas dimensões, torna-se essencial ampliar o escopo da inclusão para contemplar também a neurodiversidade. A escolha de Belém, no Brasil, como sede da COP 30 simboliza o reconhecimento do papel estratégico da Amazônia no equilíbrio climático global.

Além de discutir metas de redução de emissões, adaptação e preservação de ecossistemas, a COP 30 também evidencia a necessidade de incorporar princípios de inclusão e interdisciplinaridade para que as ações sejam mais justas, participativas e eficazes.

Nesse contexto, a neurodiversidade e a interdisciplinaridade emergem como elementos essenciais para ampliar o alcance e a profundidade das ações globais, promovendo uma abordagem mais justa e igualitária para construção de uma governança climática mais inclusiva, democrática e eficaz. A inclusão de indivíduos neurodivergentes, no contexto social, implica a criação de ambientes que reconhecem e se adaptam, promovendo igualdade de oportunidades em educação, trabalho e na vida social. (Portela, 2024)

Ao mesmo tempo, a crise climática exige abordagens complexas, colaborativas e interdisciplinares. A articulação entre neurodiversidade e interdisciplinaridade pode contribuir para soluções mais criativas, sensíveis e eficazes às múltiplas dimensões do colapso ambiental.

Este artigo busca explorar as inter-relações entre COP 30, neurodiversidade e interdisciplinaridade, destacando os desafios e potencialidades que essas intersecções apresentam para a promoção de uma governança climática que respeite a pluralidade humana e epistemológica.

## 2 NEURODIVERSIDADE E GOVERNANÇA CLIMÁTICA

A neurodiversidade é um conceito que reconhece e valoriza a variabilidade neurológica humana, abrangendo condições como autismo, TDAH, dislexia, entre outras, não como déficits ou patologias, mas como manifestações naturais da diversidade humana (Singer, 1999; Den Hoedt, 2021). Incorporar a neurodiversidade nas discussões climáticas significa, portanto, reconhecer que diferentes formas de perceber, processar e interagir com o mundo pode contribuir de maneira única para a compreensão dos desafios ambientais e para a elaboração de soluções inovadoras.

Historicamente, os espaços de discussão climática têm sido dominados por uma lógica técnica, racional e homogênea, pouco aberta à pluralidade de experiências cognitivas, indivíduos neurodivergentes frequentemente possuem formas originais de perceber padrões, resolver problemas, conectar ideias e expressar criatividade. Essas características podem ser altamente valiosas em contextos que exigem inovação e pensamento sistêmico, como é o caso das estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Infelizmente, a participação de pessoas neurodivergentes em processos de tomada de decisão política, especialmente em fóruns multilaterais como a COP, ainda é limitada.

Barreiras comunicacionais, sociais e institucionais frequentemente marginalizam essas vozes, desperdiçando potenciais importantes para a inovação e a justiça climática (Wolyneec; Reis, 2023). Promover uma governança climática inclusiva implica, portanto, repensar práticas participativas, assegurando acessibilidade e acolhimento a modos diversos de cognição e expressão.

Portanto, a inclusão de pessoas neurodivergentes na COP 30 não é apenas um gesto de justiça social, mas também uma estratégia de fortalecimento da inteligência coletiva para lidar com a complexidade ambiental.

## A INTERDISCIPLINARIDADE COMO CAMINHO PARA A INCLUSÃO

A interdisciplinaridade, não é uma simples junção de conteúdos disciplinares, mas uma postura epistemológica que reconhece a complexidade da realidade e a necessidade de abordagens integradas para compreendê-la. Segundo Gadotti (2009), essa visão está alinhada com a proposta de sustentabilidade crítica, que exige uma formação ética, política e ambiental.

Ademais, a interdisciplinaridade permite romper com a lógica fragmentadora dos currículos escolares tradicionais, favorecendo o diálogo entre saberes científicos, populares e ancestrais. Isso é particularmente importante no contexto pluralístico, onde múltiplas racionalidades convivem e se confrontam.

A educação surge como elo fundamental entre inclusão e interdisciplinaridade. Uma abordagem educacional para as mudanças climáticas deve promover a participação ativa das comunidades, valorizar os saberes tradicionais e dialogar com a ciência contemporânea.

A crise climática é um fenômeno complexo que transcende fronteiras disciplinares, exigindo abordagens interdisciplinares que articulem conhecimentos das ciências naturais, sociais, humanas e tecnológicas (Morin, 2007). A interdisciplinaridade se apresenta, assim, não apenas como uma estratégia metodológica, mas como uma postura ética, aberta à colaboração entre diferentes formas de saber.

A interdisciplinaridade também favorece a criação de políticas públicas mais integradas, que considerem aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais de forma holística. Essa abordagem é essencial para enfrentar desafios complexos, como a crise climática, que não podem ser resolvidos por uma única disciplina ou setor.

Nesse contexto, a valorização da neurodiversidade pode ampliar ainda mais a gama de perspectivas e métodos utilizados na formulação de políticas climáticas. Por exemplo, a capacidade de indivíduos neurodivergentes de perceber padrões não usuais, pensar de forma sistêmica ou se concentrar intensamente em temas específicos pode enriquecer análises ambientais complexas e contribuir para soluções criativas e disruptivas. (Den Hoedt, 2021)

De acordo com o Relatório Especial da ONU sobre Pessoas com Deficiência e Mudanças Climáticas (2023), populações neurodivergentes enfrentam desafios específicos diante dos riscos climáticos, como: dificuldade de acesso a informações sobre desastres, barreiras em processos de evacuação e emergência e exposição a ambientes sensoriais adversos. Nenhuma resposta climática pode ser justa se não considerar as múltiplas dimensões da diversidade humana. (ONU, 2023, p. 47)

Assim, integrar a neurodiversidade à justiça climática é garantir que as políticas de mitigação e adaptação sejam sensíveis às necessidades cognitivas e sensoriais variadas. A interdisciplinaridade, quando aliada ao respeito pela neurodiversidade, favorece a emergência de um ecossistema cognitivo mais robusto, capaz de responder de maneira mais adaptativa e justa aos desafios impostos pela crise climática (Stirling, 2011).

Dessa forma, ao acolher a neurodiversidade, a interdisciplinaridade não apenas se enriquece, mas se concretiza como prática plural e horizontal.

## **DESAFIOS PARA UMA GOVERNANÇA CLIMÁTICA INCLUSIVA**

Apesar das oportunidades, os desafios são significativos. A inclusão real demanda vontade política, recursos financeiros e mudanças profundas na cultura institucional das conferências. A interdisciplinaridade, por sua vez, exige superar barreiras acadêmicas, setoriais e até ideológicas.

No entanto, a COP 30 pode ser um divisor de águas. Com o Brasil em posição de destaque, há uma oportunidade inédita de mostrar ao mundo que é possível construir uma governança climática mais democrática, plural e inteligente em que inclusão e interdisciplinaridade não sejam apenas palavras, mas práticas concretas.

Apesar das potencialidades identificadas, a construção de uma governança climática inclusiva enfrenta múltiplos desafios. Entre eles, destacam-se:

1. **Normas Excludentes:** Muitas instâncias decisórias internacionais seguem formatos rígidos, baseados em normas comunicacionais padronizadas, que podem excluir participantes neurodivergentes (Wolynec; Reis, 2023).
2. **Falta de Representatividade:** A escassa presença de pessoas neurodivergentes em cargos de liderança e espaços de negociação limita a diversidade de perspectivas no debate climático.
3. **Capacitação Insuficiente:** A ausência de formação adequada para mediadores, facilitadores e formuladores de políticas sobre neurodiversidade compromete a criação de ambientes inclusivos (Jolivet, 2020).
4. **Estigma e Desinformação:** Persistem preconceitos e concepções patologizantes sobre as condições neurodivergentes, dificultando sua valorização como parte legítima da diversidade humana (Singer, 1999).

Superar esses obstáculos demanda mudanças estruturais nas práticas institucionais, nos marcos legais e nas culturas organizacionais que orientam as negociações climáticas globais. A promoção da neurodiversidade na COP 30 está alinhada ao conceito de desenho universal, que propõe criar ambientes, produtos e processos acessíveis ao maior número possível de pessoas desde sua concepção.

## POTENCIALIDADES E CAMINHOS POSSÍVEIS

A complexidade das questões ambientais e climáticas exige uma abordagem interdisciplinar, que integre conhecimentos de diferentes áreas do saber. Na COP 30, essa perspectiva é fundamental para compreender as causas e consequências das mudanças climáticas, bem como para desenvolver soluções inovadoras e eficazes.

Apesar dos desafios, a incorporação da neurodiversidade e da interdisciplinaridade na governança climática abre novas possibilidades:

- **Design Universal:** Implementação de ambientes e processos decisórios que considerem diferentes necessidades cognitivas e sensoriais desde sua concepção (Jolivet, 2020).
- **Educação e Sensibilização:** Programas formativos que promovam a compreensão e valorização da neurodiversidade entre diplomatas, cientistas e ativistas.
- **Fomento à Pesquisa Interdisciplinar:** Incentivo a projetos que integrem saberes diversos, incluindo perspectivas neurodivergentes, para desenvolver soluções climáticas inovadoras (Stirling, 2011).
- **Redes de Apoio e Representatividade:** Fortalecimento de coletivos e redes que promovam a participação de pessoas neurodivergentes nos espaços de governança ambiental.

Já que, a interdisciplinaridade garante que essas vozes diversas sejam compreendidas e valorizadas de forma integrada, promovendo uma visão mais completa e equilibrada das questões ambientais, ao envolver comunidades indígenas (inclusão) e integrar conhecimentos tradicionais com ciências modernas (interdisciplinaridade), é possível desenvolver estratégias de conservação que sejam culturalmente respeitosas e cientificamente fundamentadas.

Assim, a combinação desses elementos fortalece a legitimidade, a efetividade e a justiça das ações climáticas globais. Essas ações podem contribuir para que eventos como a COP 30 se tornem exemplos de processos políticos efetivamente inclusivos, democráticos e inovadores.

## METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica crítica e análise documental, para discutir a inclusão da neurodiversidade nos processos de governança climática, com ênfase na COP 30. A metodologia integra três eixos principais: revisão da literatura, análise documental das propostas da conferência e estudo de casos comparativos. A revisão bibliográfica abrange artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais publicados entre 2010 e 2024, utilizando bases de dados como Scopus, Web of Science e SciELO, além de plataformas de organizações multilaterais. Os descritores-chave incluíram termos como "*neurodiversidade e meio ambiente*", "*inclusão na COP*" e "*interdisciplinaridade e mudanças climáticas*", com o objetivo de identificar lacunas e oportunidades para a integração de perspectivas neurodiversas nas políticas climáticas.

A análise documental concentrou-se na agenda preliminar da COP 30, nos posicionamentos do governo brasileiro e em propostas da sociedade civil, buscando mapear menções explícitas ou implícitas à diversidade cognitiva e à interdisciplinaridade. Para isso, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo, com apoio do *software* NVivo, permitindo a categorização temática e a identificação de padrões nos textos. Essa etapa visou avaliar em que medida a neurodiversidade está sendo considerada nos processos decisórios da conferência, bem como sua relação com temas como justiça climática e participação social.

Complementarmente, o estudo de casos comparativos examinou modelos de participação inclusiva em edições anteriores da COP (como a 26<sup>a</sup> e 28<sup>a</sup>) e em outros fóruns multilaterais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica. Essa análise permitiu identificar boas práticas, barreiras recorrentes e estratégias bem-sucedidas de inclusão, oferecendo subsídios para a discussão sobre a COP 30. A validação dos resultados foi garantida por meio da triangulação de métodos, combinando revisão bibliográfica, análise documental e estudo de casos, o que reforçou a consistência das conclusões. As fontes foram selecionadas com base em critérios de relevância acadêmica e

representatividade institucional, enquanto as entrevistas seguiram protocolos éticos, incluindo consentimento informado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aquecimento global exige mais do que tecnologias ou acordos diplomáticos: ela pede novas formas de pensar, sentir e se relacionar com o planeta e uns com os outros. A COP 30 representa uma oportunidade histórica para reafirmar o compromisso global com a justiça climática, entendida não apenas como a redução das emissões de gases de efeito estufa, mas também como a garantia de que todas as vozes, saberes e modos de existência sejam respeitados e incorporados na construção de futuros sustentáveis (UNFCCC, 2024).

A integração da neurodiversidade e da interdisciplinaridade como princípios orientadores de uma governança climática inclusiva é, portanto, não apenas uma questão de justiça, mas uma estratégia inteligente para ampliar a capacidade humana de enfrentar uma crise que é, por definição, complexa e multifacetada. Tal transformação exige, contudo, o enfrentamento de barreiras institucionais, a ampliação da sensibilização sobre acessibilidade cognitiva e o engajamento de múltiplos setores no redesenho das práticas de participação.

Nesse sentido, a inclusão das neurodivergências e o fortalecimento da interdisciplinaridade são estratégias cruciais para renovar a política climática global. A partir dessa perspectiva, espera-se que a COP 30 não seja apenas mais uma reunião de cúpula, mas um espaço de transformação, onde a diversidade humana, ecológica e epistemológica seja reconhecida como um valor central na luta por um planeta habitável para todas as formas de vida.

## REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir. **Educação e sustentabilidade**: um pacto pela vida. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

JOLIVET, E. Universal Design and Cognitive Accessibility: Towards inclusive policy-making. **Disability & Society**, v. 35, n. 6, p. 897-915, 2020.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Disability, Neurodiversity and Climate Change**: Towards Inclusive Policies, 2023.

QUEIROZ, Waleska dos Santos. **COP 30 em Belém**: desafios e oportunidades sob uma perspectiva dos movimentos sociais na cidade. Brasil. Revista Científica ANAP Brasil ISSN 1984-3240 -Volume 17, número 43, 2024.

SINGER, J. Why can't you be normal for once in your life? From a 'problem with no name' to the emergence of a new category of difference. In: G. L. Davidson (Ed.). **Disability Discourse**. Buckingham: Open University Press, 1999. p. 59-67.

STIRLING, A. Pluralising progress: From integrative transitions to transformative diversity. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 1, n. 1, p. 82-88, 2011.

UNFCCC. **Preparations for COP 30 and the Road to 2025**. Bonn: United Nations Framework Convention on Climate Change, 2024.

WOLYNEC, R.; REIS, D. Neurodiversidade e políticas públicas: desafios para a inclusão nos processos decisórios. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 76-93, 2023.